



Senado vota esta semana dois textos em defesa dos animais

Marcos Oliveira/Agência Senado — 28/11/2018



Uma das propostas que serão votadas pelo Plenário estabelece regime jurídico especial para animais, o que permite a eles obter tutela em caso de violações

Um dos projetos prevê aumento de multa e prisão para envolvidos em abusos. Estabelecimentos também estarão sujeitos a multas

O Plenário deve votar amanhã, em regime de urgência, dois projetos que aumentam a punição para pessoas que praticarem maus-tratos a animais.

Além de multas mais altas e até prisão, o texto, de Raulo Rodrigues, enquadra estabelecimentos comerciais que se envolverem em abusos.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que deu urgência aos projetos porque está comprometido com o conservacionismo. **3**

Compromisso com direitos humanos é tema de audiência hoje **2**

MP sobre distribuição de energia terá comissão instalada amanhã **3**

Colegiado analisará relatório sobre medida provisória dos museus **4**

Comissão de Agricultura faz balanço das atividades no biênio **4**

Declaração dos Direitos Humanos faz 70 anos

Reprodução



Eleanor Roosevelt presidiu comissão que elaborou e aprovou declaração

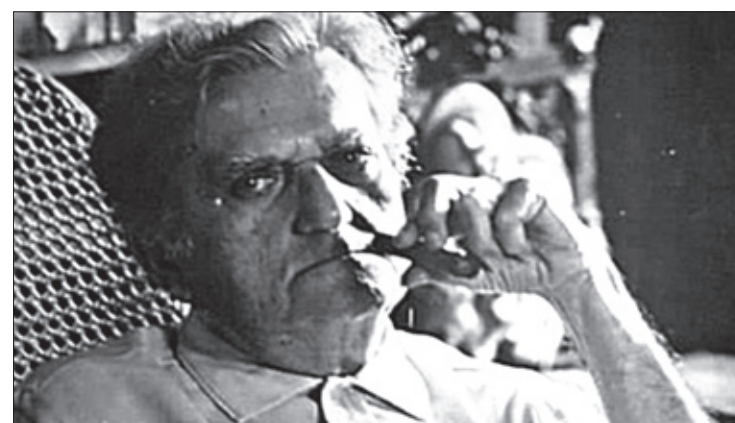
Em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em resposta às atrocidades cometidas nas duas guerras mundiais. O caráter universal foi uma das principais novidades do documento.

Era a consolidação de princípios que visam garantir para qualquer pessoa, em qualquer país e sob quaisquer circunstâncias, condições mínimas de sobrevivência e crescimento em ambiente de paz, liberdade e igualdade. **2**

Sessão especial premia vencedores da Comenda Câmara Cascudo

O Senado entrega hoje a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo. Serão homenageados o cordelista Antônio Francisco Teixeira de

Melo, Nelson da Rabeca, que tem mais de 6 mil instrumentos, o roteirista Nilson Rodrigues, o ator Pedro Baião e a Câmara Brasileira do Livro. **2**



Reprodução

Luís da Câmara Cascudo foi historiador, antropólogo, advogado e jornalista

Servidores do Congresso Nacional preparam posse presidencial no dia 1º de janeiro

A cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro no Congresso, que ocorrerá a partir das 15h em 1º de janeiro, vai envolver um grande contingente dos servidores do Senado e da Câmara dos Deputados, entre profissionais de

comunicação, médicos e policiais. Na área externa, a segurança será feita pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. No Congresso, policiais legislativos e policiais federais cuidarão do presidente. **3**

Colegiado deve votar compensação de R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios

Está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos de amanhã projeto que libera o repasse da União para os estados e municípios de quase R\$ 1,95 bilhão referente às compensações previstas na Lei Kandir.

O relator na CAE, senador Dário Berger, recomendou a aprovação do projeto, que deve receber decisão final na comissão e seguir para a Câmara dos Deputados sem passar pelo Plenário do Senado. **4**

Profissionais do Congresso preparam posse presidencial

Cerca de 1 milhão de pessoas são esperadas para o evento na Esplanada dos Ministérios e foco da organização de centenas de servidores na Câmara e no Senado é voltado para garantir a segurança

A CERIMÔNIA DE posse do presidente Jair Bolsonaro no Congresso vai envolver um grande contingente dos servidores do Senado e da Câmara dos Deputados. Segundo a diretora de Relações Públicas, Publicidade e Marketing do Senado, Maria Cristina Monteiro, são quase 200 pessoas sob sua coordenação direta, um número equivalente de policiais legislativos e outras centenas de funcionários das duas Casas, de áreas como infraestrutura, comunicação e atendimento médico envolvidas no evento, que ocorrerá a partir das 15h de 1º de janeiro.

A organização está a cargo de um grupo de trabalho formado em março e que reúne representantes dos diversos setores que já estão trabalhando e que estarão de plantão no dia da posse, na Câmara e no Senado. Entre os setores, estão a Secretaria-Geral da Mesa, a Diretoria-Geral e a Secretaria de Polícia Legislativa.

A previsão é que pouco antes das 15h de 1º de janeiro, Bolsonaro saia da residência oficial e siga para a Catedral de Brasília, na Esplanada dos Ministérios. Da Catedral, ele seguirá para o Congresso, onde será recebido pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia,



Dragões da Independência participam da cerimônia no Congresso

pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, entre outras autoridades dos três Poderes, parlamentares e governadores.

Em sessão solene no Plenário da Câmara, o novo presidente fará o compromisso constitucional e o discurso. Eunício, como presidente do Congresso, vai conduzir a sessão de posse. Depois, Bolsonaro seguirá para o Palácio do Planalto, para receber a faixa presidencial. Além dos tradicionais 21 tiros de canhão e da revista das tropas, o evento poderá ter a participação da Esquadilha da Fumaça.

Segurança

De acordo com Cristina, dentro do Congresso, a segurança de Bolsonaro estará a cargo da Polícia Legislativa. O Gabinete de Segurança

Institucional da Presidência da República será responsável pela segurança do evento na área externa. Haverá também agentes da Polícia Federal envolvidos diretamente na segurança pessoal de Bolsonaro.

Cristina destaca que foi estabelecido um esquema especial de acesso e credenciamento no evento, com uma metodologia de gestão específica.

O Itamaraty é responsável pelos convites para autoridades estrangeiras. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, já confirmou presença. Também é esperado um representante do governo dos Estados Unidos.

Cerca de 1 milhão de pessoas são esperadas para o evento na Esplanada. Se esse número se confirmar, será a maior manifestação de rua desde a inauguração da capital federal.

Comenda Câmara Cascudo será entregue hoje

O Senado fará hoje, às 11h, sessão especial para entrega da Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo.

Criada em maio, a premiação destina-se a homenagear personalidades, instituições e grupos que tenham oferecido contribuições relevantes ao registro e ao fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais no Brasil.

Nesta primeira edição, serão homenageados o cordelista

Antônio Francisco Teixeira de Melo, reconhecido pela musicalidade de seus poemas; o ex-cortador de cana Nelson da Rabeca, que decidiu fazer o próprio violino e tem mais de 6 mil instrumentos; o roteirista Nilson Rodrigues; o ator Pedro Baião, que tem síndrome de Down; e a Câmara Brasileira do Livro (CBL), fundada em 1946, que congrega editores, distribuidores, livreiros e vendedores porta a porta.

Câmara Cascudo (1898-1986) foi historiador, antropólogo, advogado e jornalista. Viveu em Natal e dedicou-se ao estudo da cultura brasileira.

A proposta da criação da comenda partiu da senadora Fátima Bezerra (PT-RN). A comenda será concedida anualmente a cinco personalidades, instituições ou grupos, analisados por um conselho com um representante de cada partido com assento na Casa.

Comissão debate Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 9h, audiência pública em comemoração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Entre os convidados para o debate, estão o jornalista Luiz Cláudio Cunha, o membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz Geniberto Campos, a procuradora do Trabalho Valdirene de Assis, a perita do Ministério dos Direitos

Humanos Deise Benedito, o presidente da Federação de Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal, João Florêncio Pimenta, o professor da Universidade de Brasília (UnB) Fábio Felix, deputado distrital eleito, a representante do Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, Adenilce Silva, e a secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Romi Bencke.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA
<p>CDH Declaração dos Direitos Humanos 9h Audiência sobre os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p> <p>SESSÃO ESPECIAL Câmara Cascudo 11h Entrega da Comenda Câmara Cascudo de Incentivo à Cultura.</p> <p>PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.</p> <p>CE Educação infantil 9h Avaliação da política pública para educação infantil. Depois, votação de projetos.</p> <p>CI Verba para o setor de transportes 9h Projeto que destina recursos da Cide para transportes coletivos em pauta.</p> <p>CAE Segurança pública 10h Análise do relatório de avaliação de política pública para segurança pública. Depois, votação de projetos.</p> <p>CRA Relatório de atividades 11h Apresentação do relatório de atividades no biênio 2017-2018.</p> <p>SESSÃO ESPECIAL Fasano 11h Homenagem a Fabrizio Fasano.</p> <p>CMA Qualidade da água 11h30 Proposta que incentiva a melhoria da qualidade da água está na pauta.</p>	<p>CÓDIGO COMERCIAL Relatório final 14h30 Análise do relatório.</p> <p>MP 850/2018 Agência para museus 14h30 Análise do relatório.</p> <p>MP 852/2018 Imóveis do INSS 14h30 Análise do relatório.</p> <p>MP 853/2018 Funpresp 14h30 Análise do relatório.</p> <p>MP 856/2018 Eletrobras 14h30 Eleição de presidente e vice.</p> <p>CDR Barragens 9h Avaliação da política pública para barragens. Depois, votação de projetos.</p> <p>CCJ/CAS Médico americano 11h Duas comissões recebem o médico John Bilezikian, que participa de audiência. Depois, a CCJ analisa indicação de Luiz Fernando Bandeira para o CNMP e vota projetos.</p> <p>SESSÃO SOLENE Jornal O Povo 10h 90 anos do jornal <i>O Povo</i>, de Fortaleza.</p> <p>CTFC Concorrência desleal 11h Texto que pune concorrência desleal está na pauta.</p> <p>SESSÃO SOLENE Biblioteca do Exército 11h30 Homenagem à Biblioteca do Exército.</p>	<p>SESSÃO ON-LINE</p> <p>Confira a íntegra das sessões no Plenário: http://bit.ly/plenarioOnline</p> <p>Confira a íntegra das sessões nas comissões: http://bit.ly/comissoesOnline</p>

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado votará com urgência projetos que aumentam proteção dos animais

Uma das propostas, de Randolfe Rodrigues, aumenta a punição para pessoas e estabelecimentos comerciais que participarem de abusos. Texto foi motivado pela morte do cachorro Manchinha provocada pelo segurança de um supermercado em Osasco (SP)

O PLENÁRIO DO Senado pode votar amanhã, em regime de urgência, dois projetos que dão maior proteção e dignidade aos animais em suas interações com os seres humanos.

Uma das propostas, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), altera a Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998) para estabelecer a pena de 1 a 3 anos de detenção para quem praticar abusos ou maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos (PLS 470/2018). Hoje a lei prevê pena de 3 meses a 1 ano para esse tipo de crime.

O texto também estabelece multa, que pode chegar a mil salários mínimos — o equivalente hoje a R\$ 954 mil — para estabelecimentos comerciais que de alguma forma maltratem ou abusem de animais. Nesses casos, os abusadores também podem pegar até 3 anos de cadeia, além de arcar com multa a ser determinada em processo judicial.

As multas aos estabelecimentos deverão ser revertidas para entidades que atuam na proteção de animais.

O outro projeto, do deputado Ricardo Izar (PP-SP), estabelece regime jurídico especial aos animais, que passarão a obter tutela jurisdicional em



Pessoas ou estabelecimentos comerciais que maltrataram animais poderão estar sujeitos a multas maiores

caso de violações de direitos. Com esse mecanismo, o Ministério Público poderá abrir processos investigatórios para garantir a proteção dos direitos de animais (PLC 27/2018).

Urgência

Em entrevista na quinta-feira, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que resolveu dar urgência a esses projetos devido ao seu compromisso com o conservacionismo.

— Sou conservacionista do Ibama, tenho mais de mil animais que eram mal-tratados. Faço isso há 12 anos. São animais que foram capturados pelo Ibama em péssimas

condições, e hoje os trato com a dignidade que merecem. Foram encaminhados a mim depois de passarem por triagem, pois não tinham mais condições de readaptação à vida silvestre. Meu orgulho é uma arara-azul, animal infelizmente em extinção. Coloquei uns troncos de madeira e buriti no viveiro para ela e outras aves treinarem, porque se recuperarem a capacidade de voo e readaptação, retornam à natureza.

Eunício disse ainda que conseguiu a reprodução da arara-azul no viveiro.

— Consegui reproduzir, já nasceram dois netinhos de um casal de araras-azuis.

Na justificativa do projeto, Randolfe diz que o que o motivou foi o sentimento de indignação, compartilhado com milhões de brasileiros, relacionado à execução do cachorro Manchinha. Um vídeo que viralizou nas redes sociais mostra o segurança de um supermercado em Osasco (SP) perseguindo o cão com um cabo de vassoura. Manchinha chegou a retornar ao supermercado sangrando, mas acabou morrendo.

— Só construiremos uma humanidade mais pacífica quando ela compreender que pode conviver em paz com outras espécies — disse Randolfe Rodrigues.

Comissão de MP sobre energia será instalada amanhã

Está marcada para amanhã a instalação da comissão mista da medida provisória sobre os serviços de distribuição de energia elétrica no Amazonas e em Alagoas (MP 856/2018). O colegiado se reúne às 14h30 para eleger presidente e vice-presidente.

A MP confere à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a responsabilidade pela contratação de empresa privada para a prestação de serviços de distribuição de energia. Pelo texto, a companhia privada será contratada na condição de “prestadora emergencial e temporária” e substituirá as distribuidoras dos estados do Amazonas e de Alagoas enquanto um novo contrato de concessão não é providenciado. Atualmente a Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) estão sem contratos de concessão e desde 2016 são administradas pela Eletrobras como “prestadoras designadas em caráter precário”.

Os contratos de operação das duas distribuidoras vencem em 31 de dezembro. A intenção do governo é privatizar as empresas. A Amazonas Energia já teve o leilão de privatização adiado duas vezes. A data prevista para o novo certame é o dia 27. Já no caso da Ceal, a venda está suspensa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

Comissão de Agricultura apresenta relatório de atividades do biênio 2017-2018

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará reunião amanhã, às 11h, para apresentação do relatório de atividades no biênio 2017-2018. Esse período cobre a presidência de Ivo Cassol (PP), que tem como vice-presidente Valdir Raupp (MDB), ambos de Rondônia.

Em 2018, a comissão promoveu 15 audiências públicas, nas quais foram debatidos temas como a produção de etanol de milho, cultivo de plantas e flores ornamentais, Programa Garantia-Safra, impactos da atuação

da empresa BRF em Goiás, apicultura e Política Nacional do Mel, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e planejamento e avaliação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural.

Também houve audiências que trataram de reforma agrária e assentamentos rurais, macrologística do agronegócio, fechamento de fábricas de fertilizantes, infraestrutura logística de estradas e escoamento da produção agrícola, assentamentos do Incra e conflitos em terras indígenas, importância dos insetos polinizadores para

a agropecuária, prevenção e controle de pragas, Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e devastação da Floresta Amazônica.

Composta de 17 senadores titulares e 17 suplentes, a CRA tem por prerrogativa opinar sobre projetos que tenham relação com as áreas da agricultura ou da reforma agrária, como direito agrário, política agrícola e fundiária, pecuária, abastecimento, segurança alimentar, agricultura familiar, silvicultura, aquicultura, pesca, comercialização e fiscalização de produtos

e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, irrigação e drenagem, financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural, tributação da atividade rural, extensão rural, organização do ensino rural e diversos outros assuntos correlatos.

Compete às comissões do Senado a avaliação e o acompanhamento de políticas públicas do Executivo. Em 2017, a CRA avaliou a pesquisa agropecuária e, em 2018, está avaliando o PAA e o Programa Garantia-Safra.

Críticos do agronegócio são traidores da pátria, diz Guaracy

Guaracy Silveira (DC-TO) chamou de traidores da pátria os brasileiros que criticam o agronegócio e incentivam o boicote aos produtos rurais. De acordo com ele, muitos ambientalistas querem travar o progresso e o desenvolvimento do Brasil ao pintar o país



Erilson Rodrigues/Agência Senado

como destruidor da natureza.

— Cria-se a ideia de um aquecimento global, que também não é verdade — disse o senador da tribuna do Plenário.

Guaracy defendeu ainda que a alimentação é mais estratégica do que a tecnologia.

Hélio José defende manutenção da COP-25 no Brasil em 2019

Hélio José (Pros-DF) apelou ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, para que o Brasil mantenha a candidatura à sede da Conferência do Clima de 2019 (COP-25). Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, o senador defendeu o desenvolvimento



Erilson Rodrigues/Agência Senado

sustentável.

— Espero que a desistência da COP-25 seja revista. Penso que pagaremos caro por isso no futuro. O mundo nos olha com desconfiança, num momento em que deveríamos ser vistos como líderes de um processo tão importante de mudança.

Paim comemora Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim (PT-RS) registrou a passagem do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado em 3 de dezembro. De acordo com o senador, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado em 2015, é moderno. Porém, ele pede o cumprimento



Erilson Rodrigues/Agência Senado

dos dispositivos, especialmente no que tange à acessibilidade. Paim sugeriu a aprovação do projeto que cria o Prêmio Cidade Acessível (PLS 89/2017), para reconhecer e incentivar os municípios que tenham políticas públicas para pessoas com deficiência.

Senado deve votar repasse de R\$ 1,95 bi a estados

Municípios e Distrito Federal também devem ser compensados por desoneração de exportações. Proposta está na pauta de amanhã em comissão

PROJETO QUE LIBERA o repasse para os estados e municípios, pela União, de quase R\$ 1,95 bilhão referentes às compensações previstas na Lei Kandir, está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de amanhã. A Lei Kandir isenta de ICMS os produtos exportados e determina uma compensação aos entes federados pela perda de arrecadação.

O relator na CAE, senador Dário Berger (MDB-SC), recomendou a aprovação do projeto (PLS 424/2018), que pode receber decisão final na comissão e, assim, seguir para a Câmara sem passar pelo Plenário.

O dinheiro costuma ser repassado todos os anos pela União por do meio do Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), mas,



Dário Berger e Kátia Abreu, relator e autora do projeto, na Comissão de Assuntos Econômicos

como observa a autora do projeto, Kátia Abreu (PDT-TO), até agora o governo não sinalizou com o envio da proposta de compensação a que os estados e municípios têm direito.

Como a aprovação desse auxílio tornou-se uma tradição anual, as secretarias de Fazenda estaduais e municipais já contam com os recursos

para equilibrar as contas do ano de 2018, aponta a senadora.

— Como a prestação desse auxílio financeiro é compensada anualmente devido à perda que os estados exportadores sofrem com a renúncia fiscal causada pela Lei Kandir, a maioria dos estados e municípios e o Distrito Federal já utilizam no planejamento

do fechamento de suas contas anuais esse recurso.

A distribuição será realizada proporcionalmente a coeficientes individuais de participação de cada unidade federada definidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Entre os estados que mais receberão recursos por meio do projeto estão, Mato Grosso (26%), Minas Gerais (13,3%) e Rio Grande do Sul (9,69%). Amapá, Distrito Federal e São Paulo não receberão cotas nesse rateio.

Do valor total a que terá direito cada estado, a União repassará 75% diretamente aos governos estaduais e os outros 25% aos seus municípios. De acordo com a redação da lei, a verba será entregue em parcela única, transferida este mês.

Como já ocorreu em anos anteriores, desde 2004, o dinheiro será usado para compensar parcelas de dívidas de estados e municípios com a União já vencidas ou, por acordo, daquelas a vencer.

Comissão analisa amanhã o relatório sobre medida provisória dos museus

A comissão da medida provisória que cria a Agência Brasileira de Museus (Abram), em substituição ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), reúne-se amanhã, às 14h30, para votar o relatório final do texto (MP 850/2018).

Na quarta-feira, Lídice da Mata (PSB-BA), apresentou seu relatório. Segundo ela, o novo texto atende

reivindicações do funcionalismo e de instituições que representam museus e busca conciliar a preservação do Ibram com a criação de um instrumento de captação de recursos para a sobrevivência e manutenção das instituições.

A senadora mantém o Ibram e substitui a criação da Abram por um fundo de amparo a museus.

Se aprovado na comissão, o relatório, ao qual foram apresentadas 69 emendas, precisará ser votado na Câmara e no Senado. O prazo de vigência da MP expira em 18 de fevereiro de 2019.

O governo editou a MP em 11 de setembro, nove dias após o incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, com a intenção de

aperfeiçoar os modelos de gestão e de preservação do patrimônio cultural reunido em museus do país. Para isso, foi editada ainda a MP 851/2018, já aprovada pelo Congresso, que permite a criação de fundos patrimoniais para estimular doações privadas a projetos de interesse público em áreas como educação, ciência, pesquisa e cultura.

ELEIÇÕES 2018

Confúcio Moura (MDB-RO)



Ex-governador de RO terá primeiro mandato no Senado

Confúcio Moura defende reformas e educação

Estreante no Senado, o ex-governador de Rondônia Confúcio Moura foi eleito senador com 230.361 votos, 17,06% dos votos válidos. Seu foco durante o mandato será a educação.

— Minha vida no Senado, meu motivo maior de ser senador será trabalhar a educação. Educação é meu norte verdadeiro.

O senador eleito adiantou que pretende participar das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Confúcio disse ainda que apoiará todas as reformas de “que o Brasil precisa”.

A primeira suplente é Maria Eliza (MDB) e o segundo, Carlos Milton Moraes (MDB).

Ciro Nogueira (PP-PI)



Reeleito, senador já apresentou cerca de 100 propostas

Ciro Nogueira prioriza interesses do Piauí

Ciro Nogueira foi um dos oito senadores reeleitos em no pleito outubro. Autor de cerca de 100 proposições nos seus primeiros oito anos na Casa, diz que trabalhará com foco especial nos interesses da população do Piauí.

— Meu estado necessita de muitos recursos da União.

Ciro se reelegeu

como o candidato ao Senado mais votado no Piauí, com 898 mil votos. Formado em direito, ele foi deputado federal por quatro mandatos antes de se tornar senador. É presidente nacional do seu partido.

A primeira suplente é Eliane Nogueira e o segundo, Gil Paraibano. Ambos são do Partido Progressista (PP).

Mecias de Jesus (PRB-RR)



Novo senador comandou a Assembleia Legislativa de RR

Mecias de Jesus quer mais controle das fronteiras

No sétimo mandato como deputado estadual de Roraima, Mecias de Jesus afirma que, ao assumir seu lugar no Senado, defenderá um maior controle de fronteira para limitar a entrada de imigrantes venezuelanos em seu estado.

— Já são mais de 100 mil refugiados, um contingente que Roraima não suporta.

Vamos defender o fechamento temporário da fronteira, até que se organizem critérios para a entrada.

Mecias já presidiu a Assembleia Legislativa de Roraima. Também foi vereador e secretário municipal em São João da Baliza (RR).

A primeira suplente é Enfermeira Roberta (PRB) e o segundo, Afonso Parente (PRB).

O Jornal do Senado está publicando entrevistas com os senadores eleitos em outubro, que tomam posse em 2019 para mandatos de 8 anos